

PTB ESPERA DEFINIÇÃO. DISSIDENTE

Sarney pede alternativa para 2.064 ao 'Participação'

BRASÍLIA — O Presidente do PDS, Senador José Sarney, pediu ontem ao grupo dissidente "Participação" que apresente uma proposta concreta de negociação para a votação do Decreto-Lei 2.064. Sarney manifestou intenção de buscar um entendimento com o grupo ao Deputado Humberto Souto (PDS-MG), a quem convidou para almoçar em sua casa.

Segundo o relato de Souto, o Senador chamou-o para conversar motivado pela preocupação de unir o partido, e reconhecendo a dificuldade de aprovação do Decreto-Lei 2.064. A cúpula do PDS tentou fechar questão em torno da medida na última reunião do Diretório Nacional, mas foi impedida por manobra do "Participação".

O Deputado Humberto Souto afirmou que o simples fato do Presidente do PDS pedir uma proposta concreta ao "Participação" faz com que o grupo tenha certeza de que há possibilidade de modificar o decre-



to. Souto disse que o grupo não aceita o fechamento de questão, ainda que concorde com um novo texto negociado do decreto e esteja disposto a votá-lo, sem modificações. Então, a posição dos dissidentes é de que a direção do partido fique com o que a dâmnus medida.

— Sarney assumirá sozinho a responsabilidade pelo fechamento de questão — disse.

Souto informou ter dito a Sarney que "essa política salarial trará o desassossego, a conturbação social e em consequência, o fechamento".

O "Participação", que elegeu 42 dos 121 membros do Diretório, deverá elaborar até quarta-feira uma proposta de negociação para o Decreto 2.064, que será discutida e

aprovada por todos os integrantes do movimento.

MUNHOZ

O Grupo "Participação" reuniu-se para ouvir o economista Décio Garcia Munhoz sobre o novo decreto salarial. O professor disse que a questão salarial precisa ser discutida dentro de um contexto global de estratégia econômica, e que esta por sua vez, precisa ser decidida politicamente, resindindo aí o papel principal dos partidos.

Afirmou o professor que "o País não conseguirá absorver as medidas contidas no programa do FMI". Segundo ele, até chegar à estabilização desejada pelo FMI, o programa exigiria uma inflação de 500 por cento.

Na página 22, a discussão
econômica do Decreto-lei 2.064.
